



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS  
CAMPUS ANTÔNIO MARIZ – CAMPUS VII  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**JESSIKA DE OLIVEIRA ALCÂNTARA**

**BEM VIVER E PRODUÇÃO AGRÍCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NO  
ASSENTAMENTO JACU, POMBAL – PB.**

**PATOS-PB**

**2020**

**JESSIKA DE OLIVEIRA ALCÂNTARA**

**BEM VIVER E PRODUÇÃO AGRÍCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NO  
ASSENTAMENTO JACU, POMBAL – PB.**

Trabalho de Conclusão do Curso em  
Administração da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Terceiro Setor  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janine Vicente Dias

**PATOS-PB**

**2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A347b Alcantara, Jessika de Oliveira.

Bem viver e produção agrícola [manuscrito] : uma experiência no Assentamento Jacu, Pombal - PB / Jessika de Oliveira Alcantara. - 2020.

27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2020.

"Orientação : Profa. Dra. Jenine Vicente Dias, Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Desenvolvimento local. 2. Agricultura familiar em Pombal. 3. Agricultura familiar. 4. Agricultura em Pombal. 5. Bem viver. I. Título

21. ed. CDD 658.408

**JESSIKA DE OLIVEIRA ALCÂNTARA**

**BEM VIVER E PRODUÇÃO AGRÍCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NO  
ASSENTAMENTO JACU, POMBAL – PB.**

Trabalho de Conclusão do Curso em  
Administração da Universidade Estadual  
da Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em  
Administração.

Aprovada em: 14/12/2020.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Odilon Avelino da Cunha (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Janine Vicente Dias  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Francisco Anderson Mariano da Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## **BEM VIVER E PRODUÇÃO AGRÍCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NO ASSENTAMENTO JACU, POMBAL – PB.**

**Jessika de Oliveira Alcântara**

### **RESUMO**

O modelo socioeconômico vigente, que preconiza o lucro como fim último de seu sistema, fez da produção agrícola um lugar complexo de grandes negócios, onde o grupo de agricultores rurais familiares, de subsistência, se tornam ainda mais vulneráveis e até dependentes. Inserem-se também nesta realidade os assentamentos rurais que representam, inclusive, resistência as grandes concentrações de terra e renda do agronegócio. A partir de uma experiência de moradores do Assentamento Jacu, no município de Pombal, Paraíba, que produz sem agrotóxicos e matem alguns arranjos produtivos, como a manutenção de suas sementes, o presente artigo se apresenta, com o objetivo de analisar como esta experiência diversificada de produção agrícola se sustenta e se aproxima da noção de Bem Viver, enquanto modelo alternativo ao sistema econômico capitalista. Para tal feito, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com uso de entrevistas e história de vida com moradores do assentamento rural, sendo cada relato analisado e discutido a partir da fundamentação teórica proposta. Os resultados apontam uma forte conexão dos significados e sentidos do Bem Viver e as práticas produtivas, valores e escolhas dos assentados de Jacu. Porém, percebe-se que mesmo com essa alternativa de comportamento perante um mundo de consumo e lucro, ainda os efeitos são limitados na transformação dos sistemas produtivos dos assentamentos, especialmente pelo hiato de políticas públicas, importante entrave que ainda terá que ser superado.

**Palavras-chave:** Bem Viver, Desenvolvimento Local; Agricultura Familiar.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	9
<b>2.1 Bem Viver: Uma nova visão da vida</b> .....	9
<b>2.2 Desenvolvimento Local e Políticas Públicas</b> .....	12
<b>2.3 Agrotóxicos e transgênicos: Algumas considerações</b> .....	14
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	20
<b>3.1 Tipo de Pesquisa</b> .....	20
<b>3.2 Ambiente de Pesquisa, Universo e Amostragem</b> .....	21
<b>3.3 Coleta de dados e amostragem</b> .....	21
<b>3.4 Tratamento e análise de dados</b> .....	21
<b>4 RESULTADOS E DISCURSÃO</b> .....	22
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	27
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	28

## 1. INTRODUÇÃO

Bem Viver é uma compreensão de modo de vida originária dos povos indígenas sul-americanos que se apresenta em tempos e espaços diversos nas comunidades ao redor do mundo. O grande propósito deste *modus-operandi* de vida é a convivência harmoniosa e equilibrada entre os seres humanos e deles com a natureza. Desse modo, o Bem Viver é uma configuração para uma possível convivência com o modo de produção econômica e reprodução social vigente, ou uma possibilidade, caminho alternativo ao meio capitalista, que com seus efeitos vem promovendo a desordem e destruição socioambiental, a favor do consumo desenfreado e alienante.

Nesta atual conjuntura de circulação e consumo de bens/mercadorias, cuja estruturação se assenta em um projeto crescente de aceleração econômica, amparado cada vez mais por uma instrumentalização da ciência e de suas inovações tecnológicas, emergem formas distintas de produção e comercialização que preconizam o lucro como fim último de seu sistema. Um exemplo disso são os alimentos transgênicos, cujas sementes são geneticamente modificadas, ou seja, são aquelas cujo DNA é alterado. Inclusive, cabe ressaltar que este tipo de alimento, os transgênicos, está inserido no nosso cotidiano há pelo menos duas décadas, e durante esse tempo ainda não se estabeleceu um consenso na ciência em relação à segurança para a saúde da humanidade e ambiente, pois existem muitas dúvidas em relação aos organismos geneticamente modificados, o que gera uma discussão a respeito da qualidade nutricional destes alimentos e seus impactos ambientais.

Neste contexto, se verifica, bem como se justifica o crescimento do consumo de alimentos denominados orgânicos, produzidos em maior parte por pequenos e médios produtores. Inclusive, alguns destes grupos de agricultores fazem parte de redes de cooperação ou associações comunitárias, muitos até em decorrência de projetos da reforma agrária, como é o caso observado no Assentamento Jacu, no município de Pombal, alto sertão da Paraíba. Para este assentamento rural a agricultura representa uma fonte de subsistência e de renda para manutenção de suas famílias e lotes. Porém, além da perspectiva de desenvolvimento econômico, haveria também nesta experiência de produção agrícola uma forma singular de viver e produzir que se relacione à visão do

Bem Viver?

O presente trabalho parte desta questão, na tentativa de conhecer mais uma experiência de promoção de desenvolvimento local sustentável, num esforço de apresentar algumas ações significativas, cuja elaboração e implementação é realizada pelo próprio grupo organizado, contrariando a tradição descendente e centralizadora (por muitas vezes autoritária) dos processos de formulação e execução das políticas estatais.

Para tal empreitada definiu-se como objetivo mais geral: analisar as ações de manejo agrícola do assentamento e suas motivações, no que tange a relação direta com a ideia do Bem Viver, enquanto modo de vida carregado de significados e sentidos. Para isso será necessário cumprir com outros objetivos mais específicos como: conhecer o estado da arte do conceito de Bem Viver; identificar como é feito o manejo da produção e quais impactos causados no campo econômico, social e ambiental; verificar a compreensão dos agricultores com a prática adotada em suas lavouras, no assentamento Jacu; identificar comportamentos e discursos cotidianos que revelem correspondência com o Bem viver, esse modo de vida que se integra ao ambiente.

Refletir acerca do que a sociedade produz e consome é uma ação necessária, que justifica a pesquisa deste trabalho, haja vista que existe por parte da população certo desconhecimento do que é servido à sua mesa, num total obscurantismo sobre os vários e graves riscos potenciais, como: alergias, aumento de resistência aos antibióticos, maior quantidade de resíduos de agrotóxicos e outras substâncias tóxicas. Outrossim, existem a potencialidade de problemas para o meio ambiente, já que existe a possibilidade da inserção de genes de resistência a agrotóxicos em certos produtos transgênicos, fazendo com que as pragas e ervas-daninhas desenvolvam a mesma resistência tornando super-pragas e super-ervas.

Diante disso, percebe-se que o trabalho a seguir tem uma ampla importância por definir uma temática de debate que integra várias áreas de estudo, que vai do associativismo e gestão de agricultores, agricultura familiar e orgânica, até o conceito ainda tão pouco conhecido e disseminado do Bem Viver. Nesse sentido, o trabalho deve servir como subsídio para auxiliar outras pesquisas direcionadas a estes campos ou que seja em nível de descrição de experiência.

Sobre o caminho traçado, o trabalho se organizou numa primeira parte na revisão do estado da arte de algumas temáticas pertinentes, em seguida encaminhou-se a pesquisa de campo, de tipo qualitativa e semiestruturada, prezando pela técnica da entrevista e uso das narrativas – história de vida, numa tentativa de melhor conhecer a trajetória das famílias envolvidas.

O trabalho encontra-se organizado com as seções de:

1. Introdução, aqui já realizada, apresentando-o de forma mais geral;
2. Referencial Teórico, que evidencia abordagens necessárias para maior conhecimento do objeto pesquisado, bem como fundamento para discussão dos resultados;
3. Metodologia da pesquisa, que expõe de forma mais sistemática os caminhos da investigação aqui já enunciada, bem como as estratégias e técnicas utilizadas tanto em campo como na análise do conteúdo;
4. Resultados e Discussão com a abordagem da investigação;
5. Considerações Finais;
6. Referências Bibliográficas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Bem Viver: uma nova visão da vida**

O Bem Viver é uma visão de vida originária dos povos indígenas andinos, presente tanto nos Aimara (Bolívia) quanto nos Quechua (Bolívia e Equador) e também dos povos Guarani (Brasil, Paraguai). Segundo esta percepção, não existe de um lado o ser humano e de outro a natureza, mas todos, seres humanos e demais seres fazem parte da natureza, de forma holística. Nesse sentido, é condição natural de existência viver e conviver de forma harmoniosa. Com essa compreensão não instrumentalizada, mas contemplativa, entende-se que a natureza não é um objeto, nem apenas uma fonte de recursos e matéria-prima; é um ser vivo. E assim, reconhecendo que a natureza é indivisível dos seres humanos, somos parte da natureza.

O Bem Viver, enquanto soma de práticas de resistência ao colonialismo e às suas sequelas, é ainda um modo de vida em várias comunidades indígenas que não foram totalmente absorvidas pela modernidade capitalista ou que resolveram manter-se à margem dela. (ACOSTA 2016, p.70)

O Bem Viver não é uma ideia totalmente formada, menos ainda incontestável, como também não pretende assumir o papel de imperativo global. O Bem Viver é algo que é realidade no cotidiano de alguns grupos na sociedade, mas que está sempre em construção. Nesse sentido, aponta Alberto Acosta:

O Bem Viver será, então, uma tarefa de (re) construção que passa por desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos. (ACOSTA 2016, p.69)

O autor, da citação acima, reconhece que todos querem viver melhor e usufruir de uma boa qualidade de vida. Porém, erroneamente essa qualidade de vida sempre esteve associada ao desenvolvimento econômico, cuja inferência está atrelada ao Produto Interno Bruto de cada país. A sociedade de consumo entende incorretamente o que de fato é o Bem Viver, como se fosse consequência direta do poder de compra de produtos e serviços que acreditam ser indispensáveis para atender as necessidades individuais. Por isso, Ivo Lesbaupin aponta a urgência em “Falarmos de ‘bem viver’, pois o tipo de desenvolvimento que temos hoje vai nos levar ao desastre” (2000).

Sem dúvidas, é evidente que a sociedade é a responsável por todos os danos causados a natureza, devido aos seus valores e escolhas atrelados as atuais condições materiais de existência. E é mais que urgente uma reflexão de que a natureza não é instrumento que existe apenas para a servidão utilitária, é preciso antes reconhecer que ela é indispensável à vida do ser humano, educando-se com uma práxis mais sustentável.

Nesse contexto, temos como efeito de um modo de vida capitalista, o exemplo dos fenômenos das mudanças climáticas, gerado pelo aquecimento global, uma consequência do grande consumo desenfreado e justificado pelo discurso da

necessidade humana que instrumentaliza a natureza para suprir seus desejos desmedidos. Portanto, esta é uma questão que precisa ser evidenciada: as consequências de quanto à satisfação pessoal está ligado ao bem comum. Quanto a isso, responde os autores:

“não lançar aos ecossistemas mais que a sua capacidade de absorção, o que sugere dizer que a natureza não tem problemas, e se os têm são inerentes à sua dinâmica, e resolvidos por ela” (FERNANDES; SAMPAIO, 2008, p.89).

Faz-se urgente assim considerar que a solução do problema deve-se a compreensão de que a racionalidade econômica, individual e coletiva prevalecente deva se contestar diante do que indica como efeito de transformações da natureza, como as mudanças climáticas.

Ainda cabe ressaltar que a ação colonial e capitalista é algo existente em todo o mundo, inclusive nos povos mais simples, como os grupos indígenas. Inclusive, alguns destes em condições de grande fragilidade, e que por vezes resulta em migrações à cidade cresçam, afastando-os de seu *ethos* de vida, como aponta Acosta:

Alguns saberes indígenas não possuem uma ideia análoga à de desenvolvimento: não existe a concepção de um processo linear de vida que estabeleça um estado anterior e outro posterior, a saber, de subdesenvolvimento e desenvolvimento, dicotomia pela qual deveriam transitar as sociedades para a obtenção do bem-estar, como ocorre no

Deve-se destacar que mundo ocidental. (ACOSTA 2016, p.71)

constante construção e reprodução, é preciso compreender a pluralidade de elementos que estão vinculados às ações humanas que possibilitam o Bem Viver: o conhecimento, os códigos de conduta ética e espiritual em relação ao entorno, os valores humanos e a visão de futuro. Para Sen (2000), só se pode conseguir o bem-estar social e o desenvolvimento humano se as pessoas tiverem capacidade para articular e construir seus projetos de vida.

Outro ponto importante, é que não podemos confundir os conceitos de bem viver com o de viver melhor, que pressupõem o consumo ilimitado. Essa concepção de viver melhor estimula a uma disputa entre a sociedade de consumo, gerando uma acumulação de material sem fim. Essa disputa não é algo saudável, uma vez que, para que alguns possam viver melhor, milhões de pessoas vivenciaram ou vivem em péssimas

condições. É preciso, antes, criar políticas que viabilizem a cultura de bem estar integral e harmonioso, e não a civilização do viver melhor. Nesse sentido o Bem Viver aponta a impossibilidade de se prosseguir com esse atual modo de produção e consumo, que está associado a um meio de crescimento baseado na acumulação de bens materiais. Para o Bem Viver, as riquezas não compõem em ter e acumular a maior quantidade de bens, mas a uma igualdade entre as necessidades das pessoas e os recursos que a natureza dispõe para atendê-las. Trata-se de construir uma sociedade solidária e sustentável, com instituições que assegurem a vida. Portanto, o Bem Viver, sinaliza uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo.

## **2.2 Desenvolvimento Local e Políticas Públicas**

A população está crescendo cada vez mais e o Brasil é um dos países com maior capacidade de expansão agrícola, já que é possuidor de clima e solo favorável, com disponibilidade de terras agricultáveis e tecnologias. Contudo, a agricultura familiar ou agricultura de subsistência - como antes era conhecida, sempre esteve à margem das atuações do Estado, invisibilizada, sem nenhum apoio.

Até a década de 1950 o Estado brasileiro não se preocupava com as adversidades inter-regionais, pois priorizava resolver problemas nacionais, como emprego e industrialização na região Sul, o que resultou no atraso do planejamento regional do país. Somente a partir deste tempo, é que foram formuladas correntes teóricas de desenvolvimento regional, como a Teoria dos Polos de Desenvolvimento Regional, ganhando a política regional maior expressão. Assim, de 1950 à 1970, segundo Soja (1993) *apud* Hespanhol 1999) constitui-se a fase áurea da teoria e da prática do desenvolvimento regional no Brasil, assinalando o compromisso estatal de corrigir as desigualdades regionais, alterando a divisão espacial do trabalho.

Sabe-se que durante a evolução da modernização da agricultura brasileira nas décadas de 1960 e 1970, as políticas públicas para a área rural favoreceram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das commodities que eram voltados ao mercado internacional e produzidas nos grandes latifundiários, seu principal objetivo era de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. No âmbito da agricultura

familiar, essas políticas tiveram um efeito negativo, pois uma grande parte não teve benefícios que foram oferecidos pela política agrícola, principalmente nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e a produção. Notando essa fragilidade diante das possibilidades de desenvolvimento a constituição de 1988 estimulou a participação social e reconheceu direitos, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) logo após, em 1995 notou-se a urgência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).

Para Abramovay e Veiga (1999), o mais importante do PRONAF foi a institucionalização de uma nova relação entre o sistema bancário e a agricultura familiar, acarretando em uma “dimensão pública” inédita no país. De certo modo, pode-se dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública, com dimensão nacional, focada nas necessidades do segmento social de agricultores familiares. Trata-se da “[...] representação que uma sociedade faz da sua relação com o mundo em um momento dado” (MULLER, 2008, p.65). O reconhecimento à agricultura familiar e a criação de políticas distintas para uma classe social que até então não tinha sido beneficiada com ações específicas foram mudanças de grande notoriedade que provocou forte impacto nacional e internacional. Abramovay e Morello (2010) destacam:

Que o fortalecimento da democracia está na raiz das mais importantes mudanças pelas quais passa o meio rural brasileiro nos últimos 20 anos [...] que permitiram reduzir a pobreza de sua população, melhorar a distribuição de renda e dar início a mudanças de comportamento empresarial no sentido de fazer do bem-estar das pessoas e da resiliência dos ecossistemas a base da própria vida econômica.

É importante ainda salientar que na época da ditadura militar, o grupo que representava a sociedade civil vinculados à agricultura familiar não conseguiu espaço na área pública para debater e construir juntamente com os gestores, públicas políticas para a esfera social. Nesse período quem representava os pequenos agricultores era a Contag, em que no âmbito político e institucional se limitava a uma atuação mais crítica e

propositiva. Assim, de acordo com Grisa (2012), a construção das políticas públicas para a agricultura resultava basicamente das representações de mundo e do setor (referencial global e setorial) oriundas de gestores públicos, acadêmicos e representantes de grupos de interesse, conformando um referencial setorial direcionado para a modernização da agricultura.

Conforme evidenciou Pochmann (2003), a formulação de uma política pública está essencialmente calcada em um ambiente de incertezas. Na medida em que se desdobra a interação institucional com agentes públicos inter e extragovernamentais, as limitações orçamentárias, as transformações autônomas da realidade social e as deficiências de informações exigem, muitas vezes, uma constante readequação normativa.

### **2.3 Agrotóxicos e Transgênicos: algumas considerações**

Os agrotóxicos surgiram na Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de agirem como arma química. Com o pós-guerra, o produto começou a ser usado como defensivo agrícola, passou a ser conhecido também como pesticida praguicida ou produto fitossanitário. Com o aumento populacional, conseqüentemente houve um grande aumento no consumo e na produção de alimentos. Com esse crescimento, desde a década de 1950, quando se deu a Revolução Verde, a produção agrícola passou por muitas mudanças. O procedimento agrícola foi modernizado através de pesquisas sobre sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo. Todos esses procedimentos ocorreram para intensificar a produtividade, boa parte dessa tecnologia também envolveu um extenso uso de agrotóxicos, com o objetivo de controlar pragas de forma a não ter perdas no processo agrícola, já que os agrotóxicos têm por função alterar as composições de fauna e flora.

Para se evitar perdas nas plantações por insetos, pragas e doenças, nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento, novas tecnologias, muitas baseadas em uso extensivo de agentes químicos, foram disponibilizadas aos agricultores, alterando assim o processo tradicional da produção. Isto se deu na década de 50 no início da “Revolução Verde” (RIBAS; MATSUMURA, 2009; OLIVEIRA, 2013).

De acordo com a Lei a Lei nº 7.802/89, "agrotóxicos são os produtos químicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da fauna ou flora, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimulantes e inibidores de crescimento".

Existem agrotóxicos específicos para cada tipo de praga existente nas lavouras, cada um com sua distinta finalidade, tais como: fungicidas (atinge os fungos); herbicidas (atinge as plantas); inseticidas (atinge os insetos); acaricidas (atinge os ácaros) e rodenticidas (atinge os roedores). Do mesmo modo, são considerados defensivos agrícolas os reguladores de crescimento.

O uso dos defensivos tem como objetivo alterar a composição da flora ou da fauna, para preservá-los da ação danosa de seres que são considerados nocivos e entram na caracterização dos agrotóxicos as substâncias e os produtos que são usados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento, ou seja, controlam e afastam os organismos indesejados que aparecem nas lavouras (MMA, 2015).

Há uma grande preocupação com o uso, principalmente o uso abusivo dos agrotóxicos, devido a eles não somente agredirem determinadas espécies nocivas a uma plantação, bem como a outros seres vivos, como abelhas, minhocas e também os seres humanos. Tais alterações determinaram a vulnerabilidade e a saúde-doença dos grupos populacionais envolvidos, devido à falta de qualificação dos trabalhadores, expondo os mesmos a fatores de risco, os quais ainda desconhecidos na época (RIBAS; MATSUMURA, 2009; RIGOTTO et al., 2013).

O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Porém no ranking de agrotóxicos aplicados por alimento produzido, fica em sexto lugar. Esse fato se dá por utilizarmos agrotóxicos que já foram banidos em 1985 na União Europeia, Canadá e Estados Unidos e também pela falta de fiscalização rigorosa, com produtos

sendo lançadas por via aérea próximas às nascentes de rios, a animais e a casas. Essas substâncias estão presentes em quase todos os alimentos e são responsáveis pela causa de diversos problemas de saúde, incluindo o câncer e o Mal de Parkinson. A maior parte dos casos de intoxicação por agrotóxicos se dá pela ausência de controle do uso dessas substâncias tóxicas e a falta de conscientização da sociedade com relação aos riscos que podem gerar a saúde do ser humano. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), para cada caso que se é noticiado por intoxicação por agrotóxicos, outros 50 não são notificados. Além de tudo, devido o Brasil ser um país tropical, a ocorrência de pragas e doenças é maior que em outros países.

Sobre os efeitos, a intoxicação pode ocorrer de duas formas: por meio de contato direto - manuseio, aplicação, entre outros; ou de forma indireta, que se dá pela ingestão de alimentos ou água contaminada. A atuação dos agrotóxicos na saúde humana costuma ser nociva e até mesmo fatal. A elevada utilização destes produtos também tem causado grande impacto ambiental, afetando as águas superficiais, os lençóis freáticos, e os organismos vivos de forma geral, podendo como já dito acarretar danos na saúde do homem, através de exposição por meio de aplicação, pulverização, na cadeia alimentar, consumo de frutas, verduras e água contaminada, fatores estes que podem tornar-se carcinogênicos (RIBAS; MATSUMURA, 2009; OLIVEIRA, 2013).

Como consequência para a saúde observasse sintomas específicos, como os do sistema nervoso, causando desde alterações neurocomportamentais a encefalopatias ou suicídios; sistema respiratório, como asma e fibrose pulmonar; reprodução humana, como infertilidade masculina, aborto, malformações congênitas, parto prematuro, recém-nascido de baixo peso; efeitos mutagênicos, carcinogênicos e teratogênicos. Uma das maiores preocupações é a da exposição materna a estes agrotóxicos (agentes ambientais externos), considerados agentes teratogênicos, pois podem ocasionar perturbações no desenvolvimento do feto, devido à possibilidade de transferência placentária, por isso tem sido associado a malformações congênitas (RIBAS; MATSUMURA, 2009; SILVA, 2014).

Pelos aspectos negativos em torno dos agroquímicos, um número já considerável de consumidores vem se dispondo a pagar mais caro pelos chamados alimentos orgânicos, pois são vistos como os mais saudáveis, nutricionalmente superiores e mais

seguros. Todavia, a comunidade científica vem investigando sobre as reais diferenças entre os alimentos orgânicos dos não orgânicos. E mais recentemente, o Centro Nacional de Saúde Ambiental do Canadá publicou um relatório com os resultados de pesquisas comparativas entre alimentos orgânicos e convencionais sob os aspectos da qualidade nutricional e da segurança alimentar. Neste, os resultados fundamentados em evidências científicas, são categóricos ao afirmar que não existiam diferenças exponenciais entre os produtos, embora muitos fatores relacionados aos sistemas de produção, local, clima, variedades e tipo de solo possam influenciar no valor nutricional de ambos.

Outra pesquisa, conduzida na França, sob coordenação da Agência Francesa de Segurança Alimentar (AFSSA), segue a mesma linha. Ao examinarem as diferenças entre os dois tipos de alimentos quanto aos conteúdos de matéria seca, vitaminas, minerais, micronutrientes, ácidos graxos poli-insaturados, substâncias antioxidantes, carboidratos e proteínas, os encarregados pelo estudo também não encontraram nenhuma diferença consistente entre ambos. Em alguns casos, é verdade, os orgânicos mostraram um maior teor de antioxidantes, como compostos fenólicos e ácido salicílico, mas isso pode ser dado ao fato dessas substâncias agirem como defesa natural das plantas contra pragas e patógenos. É preciso lembrar, no entanto, que do ponto de vista da segurança alimentar, um nível elevado de antioxidantes não representa qualquer vantagem, muito pelo contrário, já que de acordo com uma pesquisa conduzida pelo Dr. Bruce Ames, da Universidade da Califórnia em Berkeley e publicada em revistas científicas de peso, como a Science, essas toxinas naturais podem apresentar efeito mutagênico, carcinogênico, cardiotoxico, hepatotóxico e teratogênico.

Em relação aos Transgênicos, estes são organismos geneticamente modificados (OGM) que receberam um gene de outro ser vivo em seu DNA por meio de técnicas empregadas na biotecnologia, ou seja, a transgenia nada mais é do que uma evolução do melhoramento genético convencional, já que permite transferir características de interesse agrônomo entre espécies diferentes. Importante lembrar que no fim dos anos 90, chegava ao Brasil as primeiras sementes de soja transgênicas vindas da Argentina. Perante o grande sucesso do plantio no Rio Grande do Sul, gerou uma pressão para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) autorizar comercialmente a

variedade da oleaginosa trazida do país vizinho. Atualmente, as diretrizes de segurança e mecanismo de fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados, no Brasil, é definida pela Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005.

A adesão da biotecnologia, há 20 anos, fez com que o País se tornasse uma das principais potências agrícolas do mundo, dessa forma, foi firmado a posição como grandes exportadores de alimentos. Atualmente no Brasil, são mais de 50 milhões de hectares de transgênicos cultivados nas principais regiões produtoras. Dessa forma, ocorreu uma redução na utilização de defensivos por hectares e uma diminuição das perdas por conta do ataque de pragas. No Brasil, os cultivos de transgênicos plantados para consumo humano e animal são soja, milho, algodão, feijão, eucalipto e cana-de-açúcar. Dentre essas, soja, milho, algodão e cana já estão no campo.

O Decreto 4.680 de 2003 definiu que um produto que contiver mais de 1% de ingrediente transgênico em sua composição deve ter no rótulo as seguintes informações: símbolo de transgênico na embalagem. A representação é um triângulo amarelo, com a letra T dentro; frase “produto produzido a partir de soja transgênica” ou “contém soja transgênica”; nome da espécie doadora do gene junto à identificação dos ingredientes ou sigla OGM (Organismo Geneticamente Modificado).

Contudo, no ano de 2016, o Tribunal Regional Federal, estabeleceu que os alimentos que contêm transgênicos ou são produzidos a partir deles devem ser rotulados independentemente do teor. Essa é a decisão que está em vigor hoje. Segundo Pessanha e Wilkinson (2003), a produção e a comercialização de alimentos transgênicos são recentes, exigindo novas leis, pois são indispensáveis para se obter um quadro de transparência entre as relações comerciais e ambientais.

Pode se evidenciar que os transgênicos, possuem benefícios ao consumidor, ao agricultor, e ao meio ambiente, como: uma maior disponibilidade de alimentos, haja vista o crescente aumento da população, aí ser necessário cada vez mais se obter uma maior produção de alimentos. Com a adoção dos transgênicos na agricultura, haveria uma redução das perdas nas lavouras e, portanto, aumento na produtividade. Outro benéfico é a facilidade de manejo na agricultura, pois, as características introduzidas nos transgênicos facilitam o manejo do produtor. A tolerância a herbicidas e a resistência a insetos otimizam o uso de defensivos químicos. Já para o meio ambiente, ao aprimorar

o uso de insumos, os transgênicos viabilizam que o agricultor use menos água para diluir os produtos e menos combustível para a aplicação.

Mas, a utilização desses organismos é um tema de controvérsias, já que os maiores defensores ainda são as grandes empresas, pois visam o progresso econômico. Beck (apud GUZMÁN, 2001) com o conceito de “modernização reflexiva” explica que a sociedade legitima os seus próprios riscos e encontra dificuldade em controlá-los, ou talvez não possa fazer isso. Dentro desta “modernização”, a produtividade tem papel central como fonte de progresso econômico.

Já a linha contrária destaca primeiramente as questões éticas, problematizando até onde vai o direito humano de alterar a natureza e aponta que, desde Malthus, sabe-se que o problema da fome não é em razão da falta de alimentos, mas sim à má distribuição destes, o que contraria o argumento dado por aqueles que defendem os GMO. Além do mais, os transgênicos contaminam lavouras convencionais, intoxicação de espécies animais e vegetais, a resistência dos GMO e das pragas agrícolas, como a lagarta-do-cartucho aos pesticidas, fazendo com que a utilização desses produtos, após alguns anos, supere de forma assustadora os valores utilizados em culturas convencionais (segundo o IBAMA, 85% a mais), causando impactos ambientais ainda maiores; a ocorrência de alergias, intolerâncias alimentares e outros problemas fisiológicos. Para Riechmann (2002), em um mundo onde os riscos de um acidente ambiental são constantes e reais, torna-se necessário adotar o Princípio da Precaução, até que haja uma compreensão melhor dos efeitos e riscos da tecnologia transgênica.

Outro fator contrário é que com a utilização dos transgênicos se têm a monopolização da agricultura nas mãos das grandes empresas, prejudicando os pequenos agricultores, ou seja, a agricultura familiar. Riechmann (2002) esclarece de forma crítica e objetiva como está sendo desenvolvida a biotecnologia e a sua relação com a atual fase do capitalismo, cada vez mais monopolista, produtivista e de visão a curto prazo.

Dessa forma, essa nova tecnologia dos transgênicos poderia desenvolver para a criação de um mercado monopolista, sem concorrência e excludente, para que as empresas como a Monsanto tenham garantido os seus direitos intelectuais na venda dos transgênicos. Sachs (2000) em seu livro Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável

faz uma reflexão sobre a importância da conservação da biodiversidade e afirma que está surgindo uma nova disciplina, a eco-sócio-economia, dentro de um mais pensamento holístico.

### **3. METODOLOGIA**

Pode-se entender a metodologia como uma soma de processos para compreender os fins de uma pesquisa. Segundo Maia (2012), o método pode ser descrito como o caminho que se é utilizado para se chegar ao objetivo final. É o procedimento geral, mostrando assim, como se irá responder aos objetivos estabelecidos, devendo ajustar-se aos objetivos específicos. Envolve, portanto, a definição de como será realizado o trabalho.

#### **3.1 Tipo de Pesquisa**

Nessa pesquisa foi realizado um levantamento de caráter qualitativo, pois leva em consideração a relação entre a subjetividade do sujeito e o mundo objetivo (PRODANOV; De FREITAS,2013). O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível (CHIZZOTTI, 2014).

Para tal feito, inicialmente foi realizada uma investigação bibliográfica, utilizando diversos materiais sistematizados, tais como livros, artigos, jornais, revistas e redes eletrônicas, de forma a promover uma revisão de temas necessários para o entendimento do objeto de pesquisa em evidência. Depois, foi realizada a visita ao lócus de estudo: o assentamento Jacu, para observação mais geral das ações desenvolvidas na associação de produtores agrícolas. Nos períodos de visita foi possível coletar dados através das técnicas de pesquisa, como entrevistas e até conversas mais informais.

### **3.2 Ambiente da Pesquisa, Universo e Amostragem**

A pesquisa foi realizada no Assentamento Jacu, uma comunidade constituída essencialmente por agricultores familiares, representados por uma associação. O mesmo está localizado no município de Pombal, na macrorregião do Sertão Paraibano. A escolha do *locus* de pesquisa seguiu os critérios de localização geográfica (mais próximo do município) e sua história quanto à experimentação de arranjos produtivos e relação com as políticas públicas de desenvolvimento local e agricultura familiar.

Quanto à população do *locus* pesquisado, foram contabilizadas 37 famílias, sendo que a amostra da pesquisa contou com alguns moradores e o presidente da associação, haja vista que com a incidência da pandemia, não foi mais possível realizar as entrevistas.

### **3.3 Coletas de Dados**

No desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma coleta sistemática de informações sobre a comunidade escolhida, desde seus aspectos históricos, de formação à questões de qualidade de vida das famílias moradoras do lugar. Assim, foram elaboradas questões abertas, em entrevista semiestruturada para indagar sobre ações voltadas a práticas agrícolas, bem como comportamentos dos membros envolvidos.

Por isso, recorreu-se a outras fontes de coleta de dados e informações, como documentos e histórias de vida. Esta última constitui-se enquanto relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, na forma oral ou escrita, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos de sua experiência vivida (CHIZZOTTI, 2014). Assim, a história de vida pode significar muitas coisas, dependendo dos objetivos ou dos pressupostos teóricos do pesquisador.

### **3.4 Tratamento e Análise dos Dados**

O propósito da análise de dados é agregar as observações relacionadas e organizadas ao problema de pesquisa. De acordo com Gil (2010), a análise e

interpretação dos dados é um processo que nos estudos de casos se dá após a sua coleta. A rigor, a análise se inicia com a primeira entrevista e a primeira observação.

Neste estudo, prezou-se pela análise de discurso, haja vista as técnicas de investigação que foram utilizadas. Neste tipo de interpretação, se pressupõe que o discurso em evidência não se restrinja à estrutura ordenada de palavras, nem a uma descrição ou a um meio de comunicação, nem tampouco se reduz à mera expressão verbal. O discurso, como diz Chizzotti: “é a expressão de um sujeito no mundo que explicita sua identidade (quem sou, o que quero) e social (com quem estou) e expõe a ação primordial pela qual constitui a realidade” (2014, p.120).

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O presente estudo foi realizado na Associação Comunitária do Assentamento Jacu, localizado no município de Pombal, sertão da Paraíba. Segundo a missão e valores documentados pela Associação, esta tem como propósito maior incentivar a produção de alimento orgânico e sustentável, propiciando o desenvolvimento econômico e social das famílias moradoras do lugar. A história do lugar revela que a fundação do Assentamento se deu a partir da desapropriação de 1.200 hectares, oriundos de uma grande propriedade rural. Muitos dos moradores hoje assentados, contam que participaram do movimento de reforma agrária e das dificuldades para que montassem acampamento. Assessorados pela CPT conseguiram de forma legítima e legal se assentarem e já no ano de 2004 iniciaram os intercâmbios para conhecimento de experiências exitosas em outros assentamentos da região sertaneja.

Segundo os moradores, algumas famílias que iniciaram com plantações de hortaliças já buscaram apoio junto à articulação de produtores da Rede de Cultivo Agroecológico para auxiliar na venda de seus produtos. E o resultado foi muito positivo, já que conseguiam garantir a alimentação da família, com diversas hortaliças e leguminosas: alface, beterraba, cebolinha, batata doce, abobora, quiabo, macaxeira, pepino, dentre outros, e ainda realizar a venda direta, com todos os alimentos livres de pesticidas e agrotóxicos.

Quando questionado sobre o uso dos transgênicos, os entrevistados revelaram que não utilizam sementes transgênicas, pois possuem os bancos de sementes crioulas, uma importante iniciativa da associação para o assentamento.



**Sementes Crioulas – Assentamento Jacu, 2019.**

A iniciativa da construção do banco de sementes partiu da vontade dos assentados em possuir condições de precaução em relação à oferta de insumos como forma de garantia de uma agricultura de subsistência. Mesmo tendo a EMATER ofertado inicialmente a primeiras sementes para constituição do banco, os moradores contam que preferiram comprar algumas de melhor qualidade e procedência.

Das sementes guardadas possuem de: melancia, melão, feijão de tipos variados, milho, jerimum, tomate, cebolinha, coentro, pimenta, dentre outras. Sobre seu armazenamento, eles prontamente responderam que não é complexo, pois usam silos de alumínio e garrafas de plástico – PET. O problema maior é ter espaço para guardar em suas casas e por isso estão em busca da construção de lugar adequado e comunitário para as “sementes da paixão”.

Aqui cabe destacar que o banco de sementes representa uma espécie de poupança comunitária que deve ser usada não somente pela família que a guarda, mas distribuída para todos que precisam, na época certa do plantio. Tradição em muitas comunidades rurais, as sementes crioulas, como se chamam, são também uma espécie de identidade do lugar, da cultura de um território, da história de um povo. Nela há uma

herança familiar e uma solidariedade típica das vizinhanças rurais, além de ser uma mantedora da prática da agricultura local sustentável.

Para o presidente da associação, ainda sobre a questão dos transgênicos, este se pronunciou bem mais preocupado, evidenciando que os males deste tipo de produção, já que são substâncias com elevado nível de toxinas e que pode gerar muitos danos em nossa alimentação, já que a contaminação ocorre também nas pastagens que são destinados ao animal, bem como também podem também contaminar a água.

Ainda, segundo ele, sempre existe contaminação quando se tem uma lavoura orgânica próxima a uma transgênica e apresenta como exemplo a plantação de milho.

“Você planta um milho de uma semente pura, aí uma pessoa na terra ao lado tem a plantação de um milho de semente transgênica, na hora que soltar aquela essência pelo vento ele contamina o outro, aí quando você rasga a espiga fica caroço de muitas cores, isso chama de memalu” (2020).

Autores como Matsumura (2009) e Oliveira (2013) corroboram com o entendimento do presidente da associação, ao afirmarem que a elevada utilização dos produtos transgênicos tem causado grande impacto, afetando inclusive as águas superficiais, os lençóis freáticos e os organismos vivos de forma geral, podendo acarretar diversos danos na saúde do homem, através de exposição por meio de aplicação, pulverização, na cadeia alimentar, consumo de frutas, verduras e água contaminada, fatores estes que podem tornar-se carcinogênicos.

Quanto ao questionamento das diferenças entre alimentos orgânicos dos não orgânicos, o presidente afirmou que existem muitas diferenças, pois os primeiros são alimentos puros, livres de contaminação, porém ressalta as dificuldades na colheita final de um alimento orgânico, especialmente devido às diversas pragas existentes durante o cultivo, sendo que por vezes é mesmo necessária a utilização de inseticidas para contê-las, ou seja, nem sempre é possível obter um alimento totalmente livre de agrotóxicos. Abaixo ele explica:

Há muita diferença porque o alimento orgânico ele vem puro, é saudável, porém hoje dificilmente está podendo colher um alimento totalmente orgânico, por que você planta e na hora que o feijão ou o milho está saindo da cova, as pragas já estão na planta, por isso temos que usar inseticidas.

De forma honesta verificou-se da impossibilidade de se produzir totalmente sem uso de insumos químicos, já que o informante justifica o problema da não certificação com o selo de orgânicos. Para ele, isso é uma grande preocupação, haja vista a necessidade de se inserir em um mercado cada vez mais competitivo e que com a vantagem do manejo sustentável e orgânico poderiam obter maiores condições e vantagens.

Em uma questão seguinte, buscou-se verificar junto ao presidente da associação sobre seu conhecimento à noção de Bem Viver. Nas palavras dele:

“Na minha visão se tem uma vida melhor no sítio, pois não precisamos de muita tecnologia, respiramos um ar melhor, derramamos nosso suor e plantamos o nosso alimento que são mais saudáveis” (2020).

Para Alberto Acosta (2016), o Bem Viver não se sustenta na ética do progresso material ilimitado, entendido como acumulação permanente de bens, e que convoca permanentemente para uma competição entre seres humanos, com a conseqüente devastação social e ambiental. Percebe-se que na visão do presidente entrevistado, há uma racionalidade na forma que vivem que se aproxima do modo de vida do Bem Viver, já que buscam mais integração com a natureza e menos consumo de supérfluos.

Em conversa mais informal com alguns membros do assentamento também se fez notar uma relação de conforto em viver mais próximo da natureza e se alimentando com sua produção, “mais limpa e pura”, segundo os mesmos. Também não se sentem animados para migrarem para “a rua”, mas reclamaram da falta de incentivo por parte dos governos, para auxiliar na implementação e novas ações de manejo e arranjos produtivos.

Para o presidente da associação, a agricultura familiar é o norte de todos os assentados, é a forma de produção escolhida e possui grande importância, principalmente quando é feita de maneira coletiva e também com participação do Estado, pois há uma maior condição para se trabalhar, porém muitas vezes o Estado não auxilia todas as necessidades. Abaixo, ele relata sobre algumas dificuldades que são enfrentadas:

“A gente recebia mais ainda, a gente perdeu a empresa que nos ajudava aqui dentro, que vinha desde o técnico da pecuária, do que você tivesse vinha um

técnico para te ajudar e te auxiliar, muitas vezes vem uma demanda para ajudar na agricultura familiar e quando vem chegar aqui recebemos quase nada, mas quando a ajuda do governo Federal, Estadual e municipal nos favorece muito” (2020).

Abramovay e Veiga (1999), afirmam que o mais importante da política pública do PRONAF foi à institucionalização de uma nova relação entre o sistema bancário e a agricultura familiar, acarretando em uma “dimensão pública” até então inédita no país.

Ainda segundo os relatos dos moradores, de fato, o sistema de crédito é complexo e deixa a desejar, assim os impedindo de aumentar a produção e venda local. Portanto, se verifica o necessário reconhecimento das políticas governamentais à categoria Agricultura Familiar, de forma a reconhecer a importância histórica e viabilizar o acesso dos pequenos produtores aos fundos e políticas públicas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as práticas agrícolas desenvolvidas no Assentamento Jacu, pelas famílias produtoras, verificou-se um manejo sustentável no que tange o cultivo de hortaliças, frutas, verduras e leguminosas. A comunidade de forma mais geral mostrou-se preocupada com a questão da segurança alimentar, utilizando por isso sementes do lugar, além de evidenciarem a preocupação com uso de aditivos químicos.

Destacada esta particularidade produtiva, cabe ressaltar a questão cultural quanto ao modo de viver de maneira mais simples, com valores e significados que não permeiam desejos de aquisição por bens de consumo e supérfluos, o que muito aproxima da alternativa de modo de vida do Bem Viver.

Contudo, verificou-se uma profunda necessidade de maior relacionamento com o poder público, com reivindicações em relação as discontinuidades de suas participações em redes dos programas de cooperação e segurança alimentar, daí a necessidade de um maior efeito das políticas públicas dentro do Assentamento, pois existem entraves na construção de políticas que atendam a agricultura familiar local.

Destarte, a realidade demonstra que quando o governo, seja federal ou estadual, cria políticas de fato voltadas para a inclusão econômica da população – neste caso para os assentados – no circuito do abastecimento alimentar a resposta é positiva como demonstra a pesquisa com relação à participação e ao conhecimento que os assentados possuem sobre, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos.

Finalmente, não existe uma fórmula única, mas é possível exigir uma boa articulação entre poder público, bem como uma rede coesa de comunicação e esclarecimentos que poderiam evitar assimetrias de informação e gerar mais qualidade de vida. Neste sentido, os parâmetros de eficácia dirigido a assentamentos têm que levar em conta as perspectivas de continuidade ou não de gestões públicas, o que pode gerar novos impasses.

## 6. REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

CASTRO, A. C. Ciência e tecnologia para a agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cadernos de difusão de tecnologia**, v. 1, n. 3, p. 299-482, 1984.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 6º ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COSTA, N. M. B. **Biotecnologia aplicada ao valor nutricional dos alimentos**. 2004. Disponível em: < <http://www.biotecnologia.com.br/edicoes/ed32.php> >. Acesso em: 10 maio. 2019.

FRANÇA, C. G. **O Censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

**IMPACTOS DO PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: MDA, 2005

NAVARRO, Zander. **Agricultura Familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2011.

NORTH, K. **Environmental management**. Genebra: ILO, 1992.

PRODANOV, C.C., DE FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2º ed. Novo Hamburgo- RS: Feevale, 2013

PORTER, Michael E. **Competição = On competition: estratégias competitivas essenciais**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

LEITE, S. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2001, p. 15-52.

ROESCH, S. M. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RETRATOS DE ASSENTAMENTO. **Revistas do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural**. Vol. 16, nº 2, 1994.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.